

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS E IMPACTOS AMBIENTAIS: UMA ANALISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA EM 2015 E 2016.

Nadi Maria de Almeida<sup>1</sup>  
Professor André Frota<sup>2</sup>

## RESUMO

A questão que impacta o meio ambiente diz respeito a todos. O desmatamento da Amazônia é um problema ambiental da atualidade e que destrói os recursos naturais afetando não somente o ecossistema, mas com consequências que afeta toda humanidade. Nos últimos anos esse problema ambiental vem crescendo drasticamente. O tema da pesquisa reflete e busca analisar os motivos e as consequências do crescimento do desmatamento da Amazônia entre os anos de 2015 e 2016. Parte da pesquisa bibliográfica e exploratória sobre o desmatamento da floresta Amazônica; identifica em primeiro lugar os motivos e as consequências do crescimento das derrubadas e queimadas da floresta amazônica entre 2015 e 2016. Em seguida avalia as decisões tomadas no âmbito nacional e internacional, para preservação, proteção e reconstrução dos desastres causados ao meio ambiente com o desmatamento. Por fim a luz das reflexões feitas para a proteção da floresta amazônica considerar-se-á os acordos e as decisões tomadas a esse respeito apontando caminhos para a proteção da floresta amazônica. A pesquisa ainda salienta a importância dos apelos e da seriedade dos compromissos e metas, ligados a proteção da Amazônia e a preservação da floresta. Para isso busca uma reflexão sobre os valores que atendem aos critérios de sustentabilidade ecológica no planeta através de utilização de medidas e desenvolvimento sustentável.

**Palavras chave:** Desmatamento. Floresta amazônica. Problemas ambientais.

---

<sup>1</sup> **Graduação no exterior:** Teologia-Bacharelada com especialização em Missão Pela “Catholic University of Eastern Africa” (CUEA) no Quênia. **Graduação no Brasil:** Regularização do Bacharelado em Teologia no “Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL), Londrina PR. **Aluna** do Centro Universitário UNINTER, do curso de Bacharelado em Relações Internacionais.

<sup>2</sup> Graduado em Geografia, especialista em Análise Ambiental e mestre em Ciência Política, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, sou professor do Grupo UNINTER, da empresa educacional Ciclo EAD e Editora, bem como consultor da EKTA Consultoria Socioambiental. Auxilia na supervisão e na elaboração de projetos socioambientais nacionais e internacionais.

## **1 INTRODUÇÃO**

A questão que impacta o meio ambiente diz respeito a todos. O problema climático é um tema que desafia as relações internacionais atuais. O desmatamento é um problema ambiental que destrói os recursos naturais afetando não só o ecossistema, mas também com implicações internacionais.

Os pesquisadores reconhecem a importância da floresta enquanto ela evita erosão e suga as substâncias trazidas pelos ventos e pelas chuvas. Adeodato (2006) diz que há um consenso entre os estudiosos que a floresta influencia no clima, permanece órgão vital e seu desmatamento pode afetar o regime das chuvas e aguçá-lo a aquecimento do planeta.

Abordaremos nesse artigo um grave problema ambiental do mundo moderno: o desmatamento. Para responder a questão problema, num primeiro momento identificaremos os motivos e as consequências do grande aumento do desmatamento da Amazônia entre o ano de 2015 e 2016. No segundo momento, veremos alguns atores e interesses ao nível nacional e internacional que marcaram o debate sobre o desmatamento da Amazônia juntamente com seus compromissos para proteção ambiental. Veremos que há falhas na realização desses compromissos, mas também esperanças de que a situação possa mudar. Por fim, no terceiro momento mostraremos o resultado do trabalho ao apontar caminhos para proteção da Amazônia considerando os acordos e as decisões tomados a esse respeito. Para alcançar os objetivos propostos seguiremos o método da pesquisa bibliográfica e exploratória.

## **2 MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA ENTRE OS ANOS 2015-2016**

A destruição das matas e as queimadas liberam grandes quantidades de gás carbônico na atmosfera e provoca grande poluição. No site, (Amazônia A a Z), encontramos que: “No Brasil estima-se que três quartos dessa poluição provem da destruição das matas, que, além disso, desmatar beneficia muito pouco a economia

do país, e gera muito pouco emprego”.<sup>3</sup> Apresentamos neste momento os motivos e consequências do aumento do desmatamento da Amazônia entre 2015-2016.

## 2.1 MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

O Brasil possui um capital ambiental físico potente rico de biodiversidade, de reservas de terras férteis e um verde florestal de causar cobiça mundial. Segundo Viola e Franchini (2012), o Brasil bate o recorde mundial com suas abundâncias de matérias naturais, no entanto, é o país menos desenvolvido em termos de capital ambiental social entre as democracias consolidadas.

Em relação a floresta Amazônica, pesquisas mostram que o Brasil tem regredido muito, chegando a um descontrole com um aumento desenfreado do desmatamento em 2015-2016. Viola e Franchini (2012 p. 479), afirmam que com o governo Dilma Rousseff houve retrocesso na questão de proteção ambiental. Ações tomadas que não levou em conta a proteção a agenda ambiental. Por exemplo:

A progressiva transferência do policiamento da Amazônia da área federal (IBAMA) para a esfera estadual e municipal, a redução dos limites de sete áreas de proteção ambiental para construção de barragens e outras obras de infra-estrutura, a estagnação do processo de criação de áreas de preservação, e a compulsão por realizar o polêmico projeto de Belo Monte, custe o que custar. (VIOLA E FRANCHINI 2012, p 479).

A reportagem de Kátia Brasil, publicada por Amazônia Real, 11 de novembro de 2015, afirma que o desmatamento pode estar relacionado ao “corte de verbas do orçamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) pelo governador José Melo” em 2015. “Ele extinguiu órgãos importantes que poderiam prever e monitorar as queimadas e incêndios florestais no Amazonas, como o Centro Estadual de Unidades de Conservação”. Investimento em agronegócio com o “Plano Safra 2015-2016”.

Segundo Viola e Franchini (2012), essas decisões não levaram em conta a importância ambiental, mas somente econômica, pois “sacrifica os recursos de

---

<sup>3</sup> Cf. Amazônia de A a Z. Amazônia não é pulmão do mundo. Disponível em: <<http://portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=839>> acesso em 2 jun.2017. Autor não especificado.

milhares de anos, pelo lucro de algumas décadas”. (VIOLA E FRANCHINI, 2012, p. 479; citando PRADA, 2012).

Pesquisas mostram que o motivo maior do desmatamento é a agropecuária, pois o gado precisa de grande quantidade de terra para pastagem e o Brasil é um dos grandes exportadores de carne do mundo.

Na opinião de João Meirelles,<sup>4</sup> o mau uso da terra pela pecuária bovina extensiva na Amazônia é a principal causa da contribuição brasileira para o aquecimento global e corresponde a mais de 85% do desmatamento da floresta. (FACHIN, Edição 311 | 19 outubro 2009).

Diante desse fato “reduzir o consumo de carne significa pensar na sobrevivência da espécie humana no planeta Terra. Alerta João Meirelles”. (FACHIN, Edição 311 | 19 outubro 2009).

Especialmente em 2015-2016 foram registrados e divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), um crescimento na porcentagem 30% em relação ao período anterior, das derrubadas e queimadas na Amazônia. E pesquisadores constataram que “o desmatamento e a degradação florestal são a segunda causa do aquecimento global, responsável por cerca de 15% das emissões de gases de efeito estufa”.<sup>5</sup>

Segundo Messias na edição do dia 11/01/2017, no ano de 2016 obtivemos o pior resultado desde 2008, e os estados mais afetados pelo desmatamento foram Pará, Rondônia e Mato Grosso. Os motivos por trás desse crescimento do desmatamento é a exploração ilegal de madeiras para comercialização, a agropecuária e a falta de investimentos nas fiscalizações para combater as derrubadas e proteger as florestas.

A negligência à proteção da natureza poderá causar grandes impactos no ecossistema tais como: secas, ondas de calor intenso, fortes furacões, enchentes, altas tormentas, fenômeno que já ocorrem em várias regiões do mundo. Ainda

---

<sup>4</sup> FACHIN, Edição 311 | 19 outubro 2009, entrevistando: “João Meirelles é presidente da ONG Peabiru, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com a missão de gerar valores para a conservação da biosociodiversidade da Amazônia”.

<sup>5</sup> Os dados menores de desmate da Amazônia registrado pela INPE foram entre 2011 e 2012, de uma redução de 27% em relação aos períodos anteriores. E em 2013 a 2014 a redução foi de 18%, mas os dados de agosto de 2015 a julho de 2016 o desmate voltou a crescer drasticamente. (cf. Desmatamento da floresta amazônica. (<[http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento\\_floresta\\_amazonica.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento_floresta_amazonica.htm)>)).

podemos mencionar a eliminação das espécies animais, vegetais e a emissão de gás carbônico causado pelo desmate e queimadas que contribui para o efeito estufa.<sup>6</sup> Pesquisas demonstram que três quartos desse tipo de poluição no Brasil poderiam ser evitados, com a proteção das matas.

Foram constatados em outubro de 2016 e divulgados pelo Sistema de Estimativa de Gases de Efeito Estufa (Seeg) dados alarmantes sobre a emissão do CO<sub>2</sub>. “O Seeg divulgou que a emissão de CO<sub>2</sub>, provocada pelo desmatamento, aumentou 11%. O desmatamento já é a principal origem da emissão de gases do efeito estufa em nosso país”.<sup>7</sup>

Um outro impacto ao meio ambiente é apontado por Sioli (1985). Para esse autor a construção de usinas hidrelétricas traz benefícios, mas faz um enorme desastre encobrendo enormes partes de florestas, que depois apodrecem causando mosquitos e doenças como malária, leishmaniose, e não podendo utilizar da água para beber.

Soares (2005), fala dos impactos das empresas em uma busca desenfreada de lucro ao curto prazo e uma imprudência com o meio ambiente que deixam grandes estragos na Amazônia.

Smith (2007) chama a atenção do fato de que as florestas tropicais desapareceram na África, na Ásia e na América do sul. Segundo ele, dos anos de 1900 a 2000, perdemos a metade das florestas tropicais do mundo porque todos os países pretendiam lucrar com as florestas. Sem árvores, desaparecem as chuvas e os desertos aparecem, os rios secam e quando há chuvas são tempestades causando erosões e catástrofes. Constata que as geleiras estão derretendo e os oceanos enchendo, enchentes e tempestades devastadoras estão acontecendo.

Podemos destacar ainda, o desmatamento para as instalações de projetos para exploração de minérios e pedras preciosas, elites predadoras que visa acúmulos de terras e/ou exploração da madeira e/ou minério.<sup>8</sup>

Segundo Viola (2002), os motivos e os fundamentos do desmatamento na Amazônia, são também a condição de pobreza de um grande número da população

---

<sup>6</sup>Cf. Ambiente Brasil. A Amazônia não é o pulmão do mundo. <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta\\_amazonica/a\\_amazonia\\_ao\\_pulmao\\_do\\_mundo.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta_amazonica/a_amazonia_ao_pulmao_do_mundo.html)>.

<sup>7</sup>Cf. Desmatamento da floresta Amazônica. <[http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento\\_floresta\\_amazonica.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento_floresta_amazonica.htm)>.

<sup>8</sup>Cf. Desmatamento da floresta amazônica. <[http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento\\_floresta\\_amazonica.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento_floresta_amazonica.htm)>.

em assentamentos; a falta de habilidade na condução das políticas para proteção da área; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e as “exigências ambientais estaduais” com uma visão de desenvolvimento ao curto prazo, que vem por parte das elites locais.

Para Andrade (2004) o fator crucial do desmatamento é o capitalismo, que gerou um consumismo desenfreado na sociedade contemporânea que torna o maior problema socioambiental. A produção capitalista não leva em conta o custo ambiental. As indústrias e tecnologia geram efeitos desastrosos para o meio ambiente, não leva em conta a produção em termos de poluição, desmatamento e exploração. É um padrão desenfreado que só visa o “crescimento econômico e maior crise ambiental”. (DE ANDRADE, 2004, p. 96, citando COMMONER, Barry, 1974, p.144).

Smith (2007) lembra que as florestas trazem grandes benefícios coletando as impurezas do ar transmitidas pelas indústrias e cidades. Pois elas podem absolver as impurezas purificando o ar que respiramos.

No mundo contemporâneo, mesmo que as pessoas estão mais conscientes da importância das florestas para o globo e para a humanidade, e ainda que uma grande parte da floresta amazônica seja agora parques protegidos; o desmatamento e as queimadas continuam acontecendo. É urgente tomar novas atitudes e fazer algo mais para a proteção da Amazônia.

Segundo Adeodato (2006), a destruição da Amazônia poderá comprometer o futuro do planeta,

Chegará um dia em que a região será palco de cenas que hoje, são exclusivas do cinema – cataclismos causados pelas mudanças globais, macacos sem espaço para viver transmitindo epidemias aos homens, trapas norte-americanas desembarcando na foz do rio Amazonas para salvar as últimas áreas de floresta, indispensável para a sobrevivência do planeta? Filme de ficção que se tornará realidade. (ADEODATO, 2006, p. 20-21).

Muitas vezes, o desmatamento se dá com a desculpa do desenvolvimento, no entanto, temos uma vasta área desmatada da Amazônia que se poderia investir, sem precisar destruir o resto das matas que nos resta. Seria prudente que com o capital gerado pelas fábricas poluentes e com os avanços tecnológicos, essas empresas juntamente com as ONGs e a comunidade internacional, invistam no desenvolvimento sustentável. É preciso unir as forças e assumir compromissos para proteção à natureza, às florestas ou pagaremos caro por destruí-las.

### **3 ATORES E INTERESSES NACIONAL E INTERNACIONAL QUE MARCARAM O DEBATE SOBRE O DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA**

Segundo Viola (2002, p. 27-28) “a atmosfera é um bem público global” que deve ser utilizado com precaução porque a mesma tem “capacidade limitada de absorver poluições ou emissões de gases de efeito estufa sem provocar alterações na saúde humana ou no clima”. Foi neste sentido que líderes e convenções se reúnem para estabelecer acordos em nível nacional e internacional, a fim de defender e estabilizar a questão relacionada à proteção do meio ambiente.<sup>9</sup>

#### **3.1 ATORES E DEBATE A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL SOBRE O DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA**

O meio ambiente é um tema que gera debates nacionais e internacionais. A preocupação com o mundo, com as mudanças climáticas envolvem o assunto do desmatamento das florestas e, portanto são questões que levaram os países e instituições se reunirem para discutir e lançar metas ambientais.

Segundo Souza (2016), dados do desmatamento colocam “na berlinda a capacidade do Brasil cumprir seus compromissos internacionais” relacionado à redução do desmatamento na Amazônia. Foram quase oito mil quilômetros quadrados de matas destruídas entre meados de 2015 a julho de 2016. O ministro do meio ambiente, Sarney Filho, admite que seja um dado alarmante e afirma estar “retomando a mão o domínio do desmatamento para reverter à situação”. (SOUZA, Instituto Socioambiental, notícia do dia 29/11/2016).

---

<sup>9</sup> Para essa questão existe a Constituição do Painel Intergovernamental (IPCC) e o Comitê Negociador Internacional (INC) que analisa efeitos da mudança climática e tem contribuído sobre o tema de mudanças climáticas.

Para o Brasil cumprir as metas do compromisso firmado em Copenhague<sup>10</sup> tem que reduzir pela metade o desmatamento.<sup>11</sup> No entanto, os dados mostram que o Brasil está longe da redução de gases poluentes. (SOUZA, 2016).

De início, o Brasil deu passos largos para redução do aquecimento global, reduzindo o desmatamento da Amazônia significativamente. Sendo exemplo internacional em cumprir os acordos conhecido REDD+.<sup>12</sup> (Cf. REDD. WEEKPÉDIA a enciclopédia livre). Ao mesmo tempo, o Brasil continuou aumentando a produção de gado e da agricultura o que causou admiração internacional. Utilizando incentivos de “mercado financeiros visando à redução de emissões dos gases do efeito estufa decorrentes da degradação das florestas e do desmatamento”. (FERNANDEZ, MACHADO E SOARES, 2012, p. 7).

No entanto o histórico atual do Brasil mostrou que as implementações das metas assumidas e prometidas voluntariamente tanto a nível nacional como internacional, além de serem ruim, continuam crescendo no sentido oposto ao da descarbonização. Segundo Viola e Bossa (2015), “em 2009, o Brasil apresentou o compromisso voluntário de reduzir, até 2020, as emissões brasileiras de gases de efeito estufa de 36.1% a 38.9% em relação aos níveis da projetada curva de crescimento das emissões”. Segundo os autores, esse compromisso e meta são fracos e não são nada ambiciosos. (VIOLA; BOSSA, 2015 p.1).

Atualmente são 195 países que são membros do “*The Intergovernmental Panel on Climate Change*” IPCC. Esta organização discute e realiza uma série de estudos, pesquisas e ideias de negociações para redução da emissão de carbono nos últimos anos. Chegando a formulação do Protocolo de Kyoto<sup>13</sup> onde os países se

---

<sup>10</sup>“Durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas realizada em 2009 em Copenhague, o Brasil (...) comprometer-se voluntariamente a cortar as emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% em comparação com o cenário atual de negócios até 2020...” “Reduzir o desmatamento da Amazônia (extinção estimada da redação: 564 milhões de toneladas de carbono ate 2020”. Cf. **Portal Brasil**, 28/07/2014.Compromisso Voluntário do Brasil.

<sup>11</sup> Afirmação de Azevedo, Coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases do Observatório do Clima (SEEG) (SOUZA 2016).

<sup>12</sup>Em inglês “*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*”; em português, “Redução de Emissões decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas”. (REDD + representa os esforços dos países para reduzir as emissões decorrentes do desmatamento e da degradação florestal, e promover a conservação, o manejo sustentável das florestas e o aprimoramento dos estoques de carbono florestal. Cf. REDD. weekpédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/REDD>> acesso em: 11 jun. 2017.

<sup>13</sup> O Protocolo de Kyoto foi ratificado em 25/03/1998, e tem como objetivo tomar ações para redução de emissão de gases poluentes a fim de diminuir o aquecimento global. Este entrou oficialmente em vigor somente no dia 16/02/2005. Cf. (PROTOCOLO DE KYOTO <[http://www.suapesquisa.com/geografia/protocolo\\_kyoto.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/protocolo_kyoto.htm)>).



comprometeram estabelecendo metas para redução de emissões dos gases poluentes. (Cf. PROTOCOLO DE KYOTO. Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais, 2017).

Na questão de taxa de desmatamento segundo Viola (2002),

a Indonésia liderava com 1,1% e o Brasil vinha em segundo lugar com 0,5% e em terceiro a Rússia e a China com 0,1%. Sendo que a Rússia tem 22% e o Brasil 16%, Estado Unidos 6 %, Canadá 5%, China 4%, Indonésia 3% da parcela de floresta mundial [...]. O único país que está incrementando anualmente 0,3% da área florestal é os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo, está em defasagem na taxa de emissão de carbono ao compromisso assumindo em Kyoto de reduzir 7% até 2010, está em defasagem, superior a 14%. Igualmente falharam o Japão que se comprometeram em diminuir 6% e apresentaram uma taxa de 4% mais alta. (VIOLA 2002, p. 31).

Os países emergentes como um todo, “apoiaram o compromisso do Protocolo de Kyoto”, mas alguns têm media intensa de carbono causada por energética a carvão e/ou petróleo como China, Índia, África do Sul e México; ou com excessivo desmatamento no caso do Brasil, Tailândia, Malásia e Filipinas. (Viola, 2002 p. 31-32). Com esses dados vemos que toda a comunidade internacional está falhando com seus compromissos ecológicos.

Em 2001 foi aprovado o terceiro relatório oficial do IPCC com alerta sobre os riscos das mudanças climáticas. No mesmo ano os Estados Unidos se retirou das negociações do Protocolo de Kyoto considerando-o inapropriado para lidar com mudanças climáticas. A União Europeia assumiu de levar adiante as negociações, baseando no princípio que seria melhor um acordo mínimo do que o finalizar o Protocolo. E todos os países chegaram a um acordo menos USA. (VIOLA, 2002, p. 33-35). O Brasil apoiou a União Européia.

No entanto os objetivos de diminuição de emissões de gases poluentes propostos pelo Protocolo de Kyoto estão longe de serem atingidos. Por outro lado, especialistas afirmam que os resultados teriam sido piores se o Protocolo não houvesse adotados medidas governamentais práticas com o fim de reduzir os impactos climáticos. (Cf. PROTOCOLO DE KYOTO. Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais, 2017).

A Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) instituída pela lei 12.187/2009 instituiu atuações em diferentes departamentos para aplacar a mudança do clima. Entre elas algumas são de

reduzir o desmatamento; programar a agricultura de baixo carbono; manter elevada a participação de energia renovável na matriz elétrica, aumentar a eficiência energética, fomentar o aumento da participação de biocombustíveis. (VIOLA; BOSSA 2015, p. 2).

No entanto quase nada foi implementado, ao contrário, retrocessos importantes ocorreram desde a PNMC.

Vale lembrar que entre os compromissos do Brasil submetidos à Convenção do Clima da ONU está o de “alcançar o desmatamento ilegal zero na Amazônia, assim como a compensação pela supressão legal de vegetação, até 2030. Viola e Bossa (2016) acredita que a batalha versus o crime de desmatamento precisaria ser muito mais intensa.

A repórter Messias (2017) afirma que no Acordo de Paris,<sup>14</sup> em 2016 o Brasil assegurou ser capaz de zerar o desmatamento da Amazônia até 2030 e recuperar doze milhões de hectares da floresta destruída. Ainda por meio de uma nota o Ministério do Meio Ambiente ressaltou a promessa garantindo de cumprir a meta até 2020. O IBAMA informou que disponibilizaria mil fiscais, o que é seguramente insuficiente para fiscalização de toda área Amazônia.

Segundo Paiva (2017), publicado em Agência Brasil - Últimas notícias do Brasil e mundo, do dia 08/02/2017, este ano foi lançado o “Programa Municípios Sustentáveis do Amazonas” (PMSA), que visa contribuir com a diminuição do desmatamento e das queimadas na floresta amazônica; promover o reflorestamento de áreas desmatadas; regularizar fundiária; implementar a economia sustentável; entre outras ações que desejam realizar. Para isso convidaram os municípios e a comunidade local a aderirem ao projeto e em caso forem bem-sucedidos na implementação do plano, receberão por recompensa um selo de sustentabilidade. Além da participação direta da população local para fiscalização da área o programa terá a cooperado o Ministério do Meio Ambiente, instituições, ONGs.

Essa é uma iniciativa que poderá dar bons resultados, por envolver a população local. Paiva (2017) ainda pondera que ao mesmo tempo em que o programa oferece ajudas econômicas à população local com a implementação do

---

<sup>14</sup> “O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da “*United Nations Framework Convention on Climate Change*” UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável”. (Cf. Acordo de Paris <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>).

desenvolvimento sustentável<sup>15</sup>, visa à proteção da natureza, o combate à pobreza e inclusão social.

Paiva (2017) aponta que o governo do estado do Amazônia, José Melo, acredita que a forma de economia sustentável seria o de criar projetos que valorizam as riquezas naturais da Amazônia de maneira que essa seja explorada sem degradação e gerar emprego.

Nesse sentido, observa-se uma certa preocupação do Estado brasileiro com a preservação da Amazônia na questão de fazer planos e assumir compromissos. As organizações governamentais e não governamentais, instituições e o ministério público unem forças para ver caminhos e criar projetos para salvar a Amazônia. Os debates estão acontecendo, mas é preciso mais ações concretas e compromissos com as metas e projetos programados para salvar a floresta amazônica.

#### **4 CAMINHOS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

Podemos dizer que historicamente as conferências sobre o meio ambiente foram maneiras de se reunir e unir forças para uma maior consciência de proteção à natureza. Larenzetti e Carrion (2012, p. 5-8) falam dos dados das conferências que ajudaram a comunidade internacional a chegarem juntas e discutirem o futuro do cuidado do planeta. Ao começar em 1972 em Estocolmo “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente com o slogan: “pense globalmente, aja localmente”. O Rio 92 tratou do buraco na camada de ozônio, das alterações climáticas, e da grande perda de biodiversidades e propuseram metas para o Desenvolvimento Sustentável envolvendo atores estatais e ONGs.

Em Johannesburgo 2002, propuseram metas para “reduzir pela metade em 2015, a proporção de pessoas sem acesso a água potável, a pobreza a poluição e o desmatamento acelerado”. E em 2012 a Rio+20 renovam os compromissos políticos com o “Desenvolvimento Sustentável – economia verde”, redução da pobreza e metas para redução dos gases efeito estufa. (LARENZETTI E CARRION 2012, p. 8-9).

---

<sup>15</sup>“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras, [...] ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.” Wikipédia, a enciclopédia livre. Definição do Relatório de Brundthand.

No entanto Larenzetti e Carrion (2012) afirmam que tanto os resultados do Rio 92 como de Johannesburgo apresenta dados decepcionantes, com as falhas nos compromissos assumidos. Mas ao mesmo tempo não se pode negar que sem essas conferências a situação poderia estar ainda pior. Portanto essas devem continuar acontecendo a nível internacional onde as nações devem cobrar e ajudar manter o planeta vivo e verde.

O Protocolo de Kyoto sugeriu a nível internacional medidas de ações a importantes como:

Aumento no uso de energias limpas (bicombustíveis, energia eólica, biomassa e solar); proteção de floresta e áreas verdes; otimização de sistemas de energia e transporte, visando o consumo racional; definição de regras para emissão dos créditos de carbono (certificados emitidos quando há redução da emissão de gases poluentes). (Cf. PROTOCOLO DE KYOTO. Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais, 2017).

O Brasil tem feito esforços para aumentar medidas adotando também a energia limpa, mas precisa muito mais compromisso e iniciativas para salvar e proteger a floresta amazônica.

Viola (2002, p. 35), afirma que o Brasil possuiu “dois terços da maior floresta pluvial do mundo” com matriz energética fundada em recursos naturais renováveis (basicamente hidroelétrica e biomassa), “grande reservatório mundial de biodiversidades e de apreensão de carbono”, o que torna necessário política favorável a sua preservação com desenvolvimento sustentável.

A política externa na causa ambiental foi iniciada por Collor e sedimentada por Fernando Henrique Cardoso reforçando laços internacionais nos fóruns mundiais. Por exemplo, em 2001, o Brasil gerou mais de 90% de sua eletricidade a partir de fontes hídricas e “lugar de destaque na hidroeletricidade mundial (apenas atrás da Noruega e da Áustria). (VIOLA 2002, p. 36).

O Portal Brasil publicou no dia 15 de março de 2017 que o BNDE aprovou os projetos de energia eólica que é um “projeto de geração de energia elétrica renovável para áreas isoladas da Região Amazônica”.<sup>16</sup> Com este projeto acreditam que

---

<sup>16</sup> “O projeto de energia solar envolve pequenas e medias empresas com recursos do Fundo Clima e financiamentos com mais 65% em taxa de juros a longo prazo e para as eólica e biomassa com financiamento de até 55% com prazo de carência do financiamento de seis meses”. (cf. Portal Brasil do dia 15/03/2017 disponível em: <BNDES<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/03/projetos-de-energia-renovavel-na-amazonia-serao-financiados-pelo-bndes>>

diminuirão as toneladas de dióxido de carbono e outros poluentes. (cf. PORTAL BRASIL 15/03/2017).

Viola apresenta três pontos importantes em quais acredita para redução das derrubadas e queimas das florestas. Segundo ele,

É preciso políticas sociais que melhorem o nível educacional e acelerem a distribuição de terras e de tecnologia complementar entre a população que hoje depende da agricultura tradicional e da conversão do uso da terra; políticas de controle sobre as atividades madeireiras ineficientes e predatórias acompanhadas de estímulo para convertê-las em atividades eficientes e relativamente sustentáveis; atuação coordenada do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e das forças Armadas para fortalecer o Estado de Direito na Amazônia. (VIOLA, 2002, p. 38).

O meio ambiente é um direito, mas também um dever universal de todos os povos e nações, tanto o uso como os cuidados para sua preservação é um dever da população mundial, da comunidade internacional. O Brasil em 1997 propôs o Fundo do Desenvolvimento Limpo (FDL), juntamente com os Estados Unidos articulou uma nova versão onde

abriu a possibilidade dos países desenvolvidos cumprirem parte de suas metas de redução da emissão por meio de financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável nos países emergentes e pobres. (VIOLA, 2002, p. 39).

Desde longo o Brasil vem se posicionando a favor de que os países desenvolvidos cooperem com fundos aos países pobres nas questões do FDL.<sup>17</sup> O sucesso nessa questão ajudará projetos de proteção ao meio ambiente.

Brito (2016) explora em sua análise elementos ligados a recuperação internacional do desmatamento. Nesta busca de preservação e recuperação da floresta amazônica, estão envolvidos: o IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (OCBIO), e Serviço Florestal Brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente. E para esse fim o orçamento foi elevado a fim de reverter à situação atual do Brasil e dar uma resposta mais positiva à comunidade internacional nos anos vindouros.

---

<sup>17</sup>Este acordo de FDL teve notável colaboração da diplomacia norte-americana e a brasileira nas negociações e foi uma vitória para todos os países

Também é preciso desfazer as políticas erradas: o “anúncio da transferência do cadastro Ambiental Rural é um bom começo, mas não suficiente, e preciso mais”.<sup>18</sup> É preciso ser criativos para “reduzir e zerar a devastação” com novos incentivos, eficiente monitoramento do setor privado.<sup>19</sup> (Cf. BRITO, 2016, reporte da Agencia Brasil, edição 30 nov. 2016).

Cristaldo (2017) acredita que as últimas análises sobre o crescimento dos desmatamentos chamam a atenção para envolver a sociedade no controle das derrubadas com incentivos à produção em áreas já desmatadas, e a participação no controle e proteção das florestas. Para isso é importante que a população local seja conscientizada e incentivada a manter suas florestas e ajudar na fiscalização a infiltração dos predadores que lá chegam para destruir.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil bate o recorde mundial de riquezas de matérias naturais algo de nos causar orgulho e gratidão. No entanto dados mostram que continuamos a destruir este tesouro ambiental. O desmatamento da Amazônia voltou a crescer de maneira exagerada nos últimos dois anos. Parece que o Brasil descuidou as questões ambientais, pois perdeu o controle da fiscalização e já não consegue atingir a meta assumida a nível nacional e internacional. A comunidade internacional cobra, a sociedade local está ciente da situação, as metas são reforçadas em palavras e documentações, mas as implementações ainda faltam muito para chegar aos objetivos.

A natureza grita e se revolta, sentimos as mudanças no clima, enquanto isso os predadores continuam a desmatar, queimar, para exploração em especial de madeira, agropecuária, agricultura, entre outros. Vimos que florestas inteiras desapareceram em outras partes do mundo por causa da ganância humana e continuam a desaparecer. Somos cientes do que aconteceu e do que acontece com as florestas, pois hoje, o mundo da tecnologia e informação não nos deixam na ignorância. Por conseguinte, se agimos contra a natureza agimos conscientes dos estragos que estas atitudes poderão trazer em retorno.

---

<sup>18</sup> Afirmação do coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace, Marcos Astrini. Entrevistado por BRITO (2016).

<sup>19</sup> Afirmação do diretor do Ipam: Andre Guimarães. Entrevistado por BRITO (2016).

Assim sendo, não é suficiente somente tornar as pessoas mais conscientes dos problemas ambientais, através de informações, é preciso torná-las mais ativas e comprometidas com a questão. É necessário ter senso crítico para com a questão do desmatamento da Amazônia, e cobrar da cada pessoa, da sociedade e das nações para que cumpra com sua responsabilidade e dever, para com a proteção da natureza. Pois nada adianta alcançar riquezas no mundo se o mundo não for capaz de sustentar a vida humana. Assim como afirmou Viola (2002) que a atmosfera tem capacidade limitada de absorver toda a poluição provocada pela ganância humana, e que por isso é preciso fazer uso dela com precaução.

Toda humanidade deve contribuir, no entanto a responsabilidades e atribuições são diferentes. Alguns têm responsabilidade maior tanto pela destruição do planeta como pela construção de um mundo melhor. No entanto é importante que cada cidadão faça a sua parte, mas os empresários, os políticos, as ONGs, a comunidade internacional, têm responsabilidade maior.

Vimos também que por trás de cada agressão à natureza, estão interesses socioeconômicos e culturais dos humanos que usa o planeta como uma fonte inesgotável de recursos. Esses são os principais motivos da destruição da floresta amazônica, uma atitude e ação que deve ser mudada.

Notamos que é importante o trabalho em equipe para conter o problema do desmatamento, mas não basta se reunir em conferências e tomar decisões que fiquem no papel. Deve haver exigências por lei, cobrança feita pelos cidadãos e pela comunidade internacional de que todos os compromissos sejam cumpridos. Os cidadãos devem assumir responsabilidades pessoais e comunitárias. O país tem o dever de cumprir seus compromissos e a responsabilidades; de incentivar as comunidades locais a contribuïrem fazendo cada um a sua parte, além de orientar e facilitar com incentivos para a utilização das terras já desmatadas; de ajudar na fiscalização dos predadores das florestas.

A comunidade internacional deve ajudar a manter e preservar as florestas que ainda existem no mundo. Se toda humanidade deseja viver em um mundo melhor mais fraterno e ecológico, cada um deve fazer a sua parte.

Ao responder quais são os motivos e consequências do crescimento do desmatamento da Amazônia; vimos que são oriundos da ambição e ganância humana. Que tanto o Brasil como muitos países da comunidade internacional falharam com os compromissos firmados, objetivos e metas que propuseram no

âmbito internacional em relação a proteção do meio ambiente. No entanto notamos que há esperanças de ainda cumprir as metas assumidas. E para cumprir com essas metas e compromissos assumidos, em especial acerca da floresta Amazônia são necessária políticas favoráveis a sua preservação com a utilização de medidas e desenvolvimento sustentável, que segundo Pena (2017, BRASIL ESCOLA), seria “a capacidade de utilizar os recursos e os bens da natureza sem comprometer a disponibilidade desses elementos para as gerações futuras”. Isso vai depender da responsabilidade de todos: dos países, instituições governamentais e não governamentais, e de cada cidadão, para com o cuidado e proteção das florestas e do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ADEODATO, S. Amazônia a floresta assassinada: falta muito pouco para matá-la de vez. São Paulo: **Mostarda, 2006. Amazônia de.** Disponível em: <<http://portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=839>>. Acesso em: 2 jun. 2017

AMAZÔNIA DE. **Amazônia não é pulmão do mundo.** Disponível em: <<http://portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=839>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

AMBIENTE BRASIL. **A Amazônia não é o pulmão do mundo.** Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta\\_amazonica/a\\_amazonia\\_ao\\_e\\_pulmao\\_do\\_mundo.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta_amazonica/a_amazonia_ao_e_pulmao_do_mundo.html)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRASIL, K. Por trás da alta das queimadas está o desmatamento, que aumentou 88% no Amazonas. **Reportagem publicada por Amazônia Real, 11-11-2015.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias-2015/548981-por-tras-da-alta-das-queimadas-esta-o-desmatamento-que-aumentou-88-no-amazonas>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRITO, D. Desmatamento na Amazônia cresce 29% em um ano. **Repórter da Agência Brasil, Edição de Lidia Neves 30 nov. 2016.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

COMMONER, B. **The closing circle.** New York: Bantam Books, 1974.

CRISTALDO, H. Amazônia perde 7.989 km<sup>2</sup> de floresta, maior desmatamento desde 2008. **Reporte da Agência Brasil. 9 jan. 2017.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/print/1061166>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DE ANDRADE, T. Inovação Tecnológica e Meio Ambiente: A construção de novos enfoques. **Ambiente&sociiedade**, Vol. VII, p. 89-99, 1 jan. 2004 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23538.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.



DINIZ, M. Aprovados planos de controle do desmatamento na Amazônia e Cerrado até 2020. **Reportagem do dia 15/12/2016, EBC. AGENCIA BRASIL..** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

FACHIN, P. Desmatamento é consequência. Pecuária bovina é causa. **Edição 311 | 19 outubro 2009.** Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2868&secao=311](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2868&secao=311)>. Acesso em: 12 mai. 2017.

FERNANDEZ, V.; MACHADO, C.J.S.; SOARES, M. L. G. **O Mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) em Manguezais e o Atual Processo de Formulação de uma Política Pública Nacional.** VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém-PA–Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT7-1203-1075-20120627112902.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

LORENZETTI, J. V.; CARRION, R. M. Governança ambiental global: atores e cenários. **Cad. EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 721-735, Sept. 2012.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512012000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

MESSIAS, J. **Desmatamento na Floresta Amazônica cresceu 30% em 2016.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/01/desmatamento-na-floresta-amazonica-cresceu-30-em-2016.html>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Acordo de Paris.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Fundamentos para INDC brasileira.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/10710-fundamentos-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-da-pretendida-contribui%C3%A7%C3%A3o-nacionalmente-determinada-indc-do-brasil-no-contexto-do-acordo-de-paris>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

PAIVA, B. Amazonas lança programa de combate ao desmatamento na floresta amazônica. Publicado em **Agência Brasil - Últimas notícias do Brasil e do mundo EBC**, Edição: MASSALI, F. no dia 08/02/2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/amazonas-lanca-programa-de-combate-ao-desmatamento-na-floresta-amazonica>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

PENA. R. A. **Desenvolvimento sustentável.** Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PORTAL BRASIL. Projetos de energia renovável na Amazônia serão financiados pelo BNDES. **Energia limpa. Publicado: 15 mar. 2017.** Disponível em:

<BNDES<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/03/projetos-de-energia-renovavel-na-amazonia-serao-financiados-pelo-bndes>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

PORTAL DE PESQUISA TEMÁTICAS E EDUCACIONAL. **Causas do desmatamento.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/desmatamento/causas.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

PORTAL DE PESQUISA TEMÁTICAS E EDUCACIONAL. **Desmatamento da Floresta Amazônica.** Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento\\_floresta\\_amazonica.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento_floresta_amazonica.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

PORTAL BRASIL. Compromisso voluntário do Brasil. **Publicado: 17/11/2011 ultima modificação 28/07/2014.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/o-compromisso-voluntario-do-brasil>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

PORTAL DE PESQUISAS TEMÁTICAS E EDUCACIONAIS. **Protocolo de Kyoto: O que é, objetivos, ações.** Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/geografia/protocolo\\_kyoto.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/protocolo_kyoto.htm)>. Acesso em: 04 abr. 2017.

PRADA, P. Brasil retrocede em leis federais de proteção à Amazônia. G1 online. **Rio de janeiro, 10 ago. 2012.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/08/brasil-retrocede-em-leis-federais-de-protecao-amazonia.html>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

SIOLI, H. **Amazonas.** Fundamentos da ecologia da maior região de floresta tropicais. Petrópolis: Vozes, 1985.

SMITH, B. **The Amazon Rain Forest.** London: Clare Gray Publishing Services Ltda, 2007.

SOARES, I. **Problemas contemporâneos da Amazônia.** Belém: Unama, 2005.

SOUZA, Oswaldo B. Desmatamento na Amazônia explode entre 2015 e 2016. **Instituto Socioambiental. Notícia do dia 29 de novembro de 2016.** Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-na-amazonia-explode-entre-2015-e-2016>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

VIOLA, E. O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil. **RBCS**, Vol. 17, n. 50, p. 25-46, out. 2002.

VIOLA, E.; BOSSA, L. **Da para acreditar nas metas do Brasil? Especial para o Observatório do Clima.** 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/da-para-acreditar-nas-metas-do-brasil/>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

VIOLA, E.; BASSO, L. **Dá para acreditar nas metas do Brasil?** 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/da-para-acreditar-nas-metas-do-brasil/>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil  
Planetary boundaries, Rio+20 and the role of Brazil. **Cad. EBAPE. BR**, v. 10, nº 3, art.  
1, Rio de Janeiro, Set. 2012. Disponível em:  
<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/5475-10818-1-PB.pdf>. Acesso em:  
31mar. 2017.

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Citando o Relatório Brundtland «A21 -  
**Desenvolvimento Sustentável - C.M. Amadora**», [www.cm-amadora.pt](http://www.cm-amadora.pt). Consultado  
em 17 de Agosto de 2009. Disponível em:  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento\\_sustent%C3%A1vel#cite\\_note-cm-  
amadora.pt-3](https://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_sustent%C3%A1vel#cite_note-cm-amadora.pt-3)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

WEEKPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. **REDD**. Disponível em:  
<<https://pt.wikipedia.org/wiki/REDD>> acesso em: 11 jun. 2017.